

**Plágio no Ensino Superior e mediação ética da informação: uma análise à luz dos letramentos acadêmicos no Instituto Federal de Sergipe<sup>1</sup>**

***Plagiarism in Higher Education and the ethical mediation of information: an analysis in light of academic literacies at the Federal Institute of Sergipe***

***Plagio en la Educación Superior y mediación ética de la información: un análisis a la luz de las alfabetizaciones académicas en el Instituto Federal de Sergipe***

**Lígia Santos de Oliveira**

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

ligiasoliver@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7915-3031>

**Renata Ferreira Costa**

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

renatacosta@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>

**Submetido em: 31 de janeiro de 2026**

**Aceito em: 5 de agosto de 2026**

**Publicado em: 9 de setembro de 2026**

**Licença:**



---

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado foi submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no VI ERECIN.

## Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Lígia Santos de; COSTA, Renata Ferreira. Plágio no Ensino Superior e mediação ética da informação: uma análise à luz dos letramentos acadêmicos no Instituto Federal de Sergipe. **REBECIN**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-28. 2026. DOI: <http://doi.org/10.24208/rebecin.v13.475>

## RESUMO

O plágio no ensino superior é frequentemente abordado como desvio individual ou infração normativa, o que tende a desconsiderar as condições institucionais, pedagógicas e informacionais que permeiam as práticas de escrita acadêmica. Inserido em um contexto marcado pela intensificação da cultura produtivista e pela escassez de ações formativas sistemáticas, o fenômeno demanda abordagens que ultrapassem a lógica exclusivamente punitiva. Este artigo analisa o plágio a partir da articulação entre a perspectiva dos letramentos acadêmicos e a noção de mediação ética da informação, compreendendo a escrita acadêmica como prática social situada, constituída por valores institucionais, relações de poder e expectativas discursivas. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de caráter documental, com foco no Instituto Federal de Sergipe, que examinou documentos normativos, políticas institucionais e iniciativas formais voltadas à prevenção e ao enfrentamento do plágio, aplicando procedimentos de Análise de Conteúdo conforme Bardin para identificar padrões discursivos. Os resultados indicam a ausência de uma política institucional articulada sobre autoria, plágio acadêmico e integridade científica, a predominância de medidas punitivas e a fragilidade dos processos de mediação da informação. A partir desses achados, propõe-se a implementação de uma estratégia de mediação ética da informação, materializada na elaboração de uma minuta de resolução institucional, concebida como instrumento pedagógico e formativo orientador das práticas de leitura, escrita e autoria. Conclui-se que o enfrentamento do plágio requer ações institucionais integradas, capazes de deslocar o foco da responsabilização individual para uma perspectiva de

corresponsabilidade ética, formativa e institucional, promovendo uma cultura de integridade científica no ensino superior.

**Palavras-Chave:** Plágio acadêmico. Mediação ética da informação. Letramentos acadêmicos. Ensino Superior. Instituto Federal de Sergipe.

## ABSTRACT

Plagiarism in higher education is often addressed as an individual deviation or a normative infraction, an approach that tends to overlook the institutional, pedagogical, and informational conditions that shape academic writing practices. Situated within a context marked by the intensification of a productivist culture and the scarcity of systematic formative actions, the phenomenon calls for approaches that go beyond an exclusively punitive logic. This article analyzes plagiarism through the articulation between the academic literacies perspective and the notion of ethical mediation of information, understanding academic writing as a situated social practice, permeated by institutional values, power relations, and discursive expectations. This study adopts an exploratory and descriptive documentary research design, focusing on the Federal Institute of Sergipe. Normative documents, institutional policies, and formal initiatives aimed at preventing and addressing plagiarism were examined, applying Content Analysis procedures as proposed by Bardin in order to identify discursive patterns. The results indicate the absence of an articulated institutional policy regarding authorship, academic plagiarism, and scientific integrity, the predominance of punitive measures, and the fragility of information mediation processes. Based on these findings, the study proposes the implementation of an ethical information mediation strategy, materialized in the drafting of an institutional resolution conceived as a pedagogical and formative instrument to guide reading, writing, and authorship practices. It is concluded that addressing plagiarism requires integrated institutional actions capable of shifting the focus from individual accountability to a perspective of ethical, formative, and institutional co-responsibility, thereby fostering a culture of scientific integrity in higher education.

**Keywords:** Academic plagiarism. Ethical mediation of information. Academic literacies. Higher education. Federal Institute of Sergipe.

## RESUMEN

El plagio en la educación superior se aborda con frecuencia como una desviación individual o una infracción normativa, lo que tiende a desconsiderar las condiciones institucionales, pedagógicas e informacionales que atraviesan las prácticas de escritura académica. Inserto en un contexto marcado por la intensificación de la cultura productivista y por la escasez de acciones formativas sistemáticas, el fenómeno requiere enfoques que superen la lógica exclusivamente punitiva. Este artículo analiza el plagio a partir de la articulación entre la perspectiva de las alfabetizaciones académicas y la noción de mediación ética de la información, comprendiendo la escritura académica como una práctica social situada, constituida por valores institucionales, relaciones de poder y expectativas discursivas. Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva de carácter documental, centrada en el Instituto Federal de Sergipe, que examinó documentos normativos, políticas institucionales e iniciativas formales orientadas a la prevención y al abordaje del plagio, aplicando procedimientos de Análisis de Contenido conforme a Bardin para identificar patrones discursivos. Los resultados indican la ausencia de una política institucional articulada sobre autoría, plagio académico e integridad científica, el predominio de medidas punitivas y la fragilidad de los procesos de mediación de la información. A partir de estos hallazgos, se propone la implementación de una estrategia de mediación ética de la información, materializada en la elaboración de un proyecto de resolución institucional, concebido como instrumento pedagógico y formativo orientador de las prácticas de lectura, escritura y autoría. Se concluye que el abordaje del plagio requiere acciones institucionales integradas, capaces de desplazar el foco de la responsabilización individual hacia una perspectiva de corresponsabilidad ética, formativa e institucional, promoviendo una cultura de integridad científica en la educación superior.

**Palabras clave:** Plagio académico. Mediación ética de la información. Alfabetizaciones académicas. Educación Superior. Instituto Federal de Sergipe.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ambiente acadêmico brasileiro tem sido profundamente impactado por uma cultura de produtividade orientada por métricas quantitativas de desempenho, tais como número de publicações, fator de impacto e posicionamento em rankings institucionais, conforme discutem Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018). Frequentemente sintetizada na expressão “publique ou pereça”, oriunda do sistema universitário norte-americano (Motta-Roth; Hendges, 2010), essa lógica tem afetado os processos formativos ao deslocar o foco da qualidade da produção científica, da reflexão crítica e da ética para o cumprimento de metas e indicadores, produzindo efeitos diretos sobre as práticas de ensino, pesquisa e escrita acadêmica.

Nesse cenário, o Documento Referencial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o quadriênio 2025-2028 (Brasil, 2025) sinaliza uma inflexão importante ao associar explicitamente a noção de qualidade acadêmica a princípios de ética, transparência e responsabilidade social na ciência. Contudo, essa diretriz normativa passa a conviver, e possivelmente conviverá por algum tempo, com práticas avaliativas e expectativas institucionais fortemente ancoradas em uma racionalidade quantitativa, o que mantém ativos os efeitos da cultura produtivista sobre a formação científica. Em meio a essa coexistência e tensão entre modelos avaliativos, práticas como o plágio acadêmico tendem a ser tratadas predominantemente como desvios individuais, não evidenciando suas determinações institucionais, pedagógicas e informacionais.

Compreender o plágio como fenômeno associado a condições estruturais, entretanto, não implica negar sua dimensão intrinsecamente antiética. Há situações em que a apropriação indevida de textos, ideias ou dados ocorre de forma deliberada, praticada por sujeitos que dominam as convenções da escrita acadêmica e que recorrem ao plágio por razões como a busca por reconhecimento, a escassez de tempo ou a adesão à lógica produtivista. Nessas circunstâncias, a responsabilidade ética individual não pode ser relativizada nem dissociada da ação consciente do sujeito.

É a partir desse enquadramento que se torna pertinente mobilizar a crítica ao chamado “discurso do déficit” (Lea; Street, 1998; 2014; Lillis, 1999). O problema desse discurso não reside em admitir a existência de condutas eticamente reprováveis, mas em deslocar de modo exclusivo para o indivíduo a responsabilidade por práticas que se produzem em contextos institucionais específicos, desconsiderando o papel das condições de formação, das práticas pedagógicas e das políticas institucionais que moldam a produção da escrita acadêmica e que, frequentemente, silenciam as normas, expectativas e valores associados à autoria científica.

Assim, mesmo o plágio deliberado não pode ser plenamente compreendido como resultado de escolhas individuais isoladas de seu contexto de produção. Ambientes acadêmicos marcados por alta pressão por desempenho, prazos exíguos, valorização quantitativa da produção e fragilidade nos processos de mediação da leitura e da escrita tendem a criar condições favoráveis à naturalização de práticas antiéticas. Nesse sentido, a crítica ao discurso do déficit não exclui a agência do sujeito, mas reinscreve a responsabilidade ética no interior de uma relação de corresponsabilidade institucional.

É nesse contexto que se insere o Instituto Federal de Sergipe (IFS), tomado como campo empírico para a análise das respostas institucionais ao plágio acadêmico. Considerando a relevância de políticas articuladas e de espaços permanentes de orientação e diálogo crítico sobre a produção do conhecimento, o estudo investiga como tais dimensões têm sido institucionalmente contempladas, especialmente no que diz respeito à formação em autoria, originalidade e integridade científica.

Desta forma, este artigo propõe compreender o plágio acadêmico a partir da noção de mediação ética da informação, articulada aos pressupostos da abordagem dos letramentos acadêmicos. Tal articulação permite situar o plágio não apenas como infração normativa ou desvio individual, mas como fenômeno inscrito em práticas sociais de leitura e escrita constituídas no interior das instituições acadêmicas.

É importante destacar que, embora o plágio possa, em determinadas circunstâncias, envolver violações à legislação de direitos autorais, este estudo o aborda prioritariamente como um problema de integridade científica, de letramentos acadêmicos e de mediação ética da informação. Essa delimitação decorre do objetivo da pesquisa, centrado na análise das políticas institucionais de prevenção e enfrentamento do plágio, e não na discussão dos aspectos jurídicos da proteção da propriedade intelectual.

A mediação ética da informação, conforme formulada por Almeida Junior e Santos Neto (2014), refere-se a uma ação orientada por princípios éticos e voltada ao acesso qualificado ao conhecimento. Ao articular dimensões informacionais, educativas e institucionais, essa mediação se configura como um processo pedagógico, dialógico e intencional, que ultrapassa a mera transmissão de normas ou a aplicação de sanções, orientando-se pela construção de sentidos, pela explicitação

de expectativas institucionais e pela promoção da apropriação crítica da informação.

Sob a perspectiva dos letramentos acadêmicos, formulada por Lea e Street (1998; 2014), a escrita acadêmica é compreendida como prática social situada, atravessada por relações de poder, valores institucionais e disputas em torno de legitimidade discursiva. Essa abordagem desloca o foco do déficit individual para as práticas e discursos institucionais, permitindo compreender o plágio como efeito da fragilidade dos processos de mediação da autoria, da leitura e da escrita no ensino superior.

Ao conjugar esses referenciais, pretende-se não apenas problematizar o plágio acadêmico em suas dimensões ética e formativa, mas também estabelecer as bases para uma análise situada das respostas institucionais a esse fenômeno. A articulação entre mediação ética da informação e letramentos acadêmicos possibilita deslocar a discussão do plano exclusivamente normativo para o exame crítico das práticas, discursos e instrumentos institucionais que regulam, ou silenciam, a autoria e a integridade científica.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar se o IFS dispõe de documentos normativos, políticas institucionais ou iniciativas formais voltadas à prevenção e ao enfrentamento do plágio acadêmico, bem como propor uma estratégia de mediação ética da informação por meio da elaboração de uma minuta de resolução institucional sobre o tema.

## **2 LETRAMENTOS ACADÊMICOS E PLÁGIO NO ENSINO SUPERIOR**

A escrita acadêmica no ensino superior não se reduz a uma habilidade técnica nem a um instrumento neutro de avaliação de

desempenho discente. Trata-se, antes, de uma prática social situada, historicamente constituída e atravessada por relações de poder, valores institucionais e expectativas discursivas específicas. Essa compreensão, central aos Novos Estudos do Letramento (NEL), desloca o foco das competências individuais para os modos pelos quais as instituições organizam, regulam e legitimam práticas de leitura, escrita e autoria no âmbito universitário.

Nessa direção, Lea e Street (1998; 2014) criticam abordagens que pressupõem um domínio prévio, homogêneo e automático das convenções acadêmicas, ao assumirem que, uma vez admitido no ensino superior, o estudante seria capaz de mobilizar, de forma acrítica, normas discursivas cuja aprendizagem raramente é objeto de ensino explícito. Ao naturalizar essas expectativas, essas concepções tendem a invisibilizar os processos institucionais de ensino da escrita e a responsabilizar os estudantes por dificuldades que são, em grande medida, produzidas pelas próprias práticas acadêmicas.

É nesse cenário que se consolida o chamado discurso do déficit, segundo o qual problemas de leitura e escrita são interpretados como falhas individuais ou lacunas na formação anterior, desconsiderando os condicionantes sociais, culturais e ideológicos que estruturam as práticas de letramento acadêmico. Conforme argumenta Street (2003), esse discurso tende a reforçar uma concepção autônoma de letramento ao apresentar como neutros e universais critérios de legitimidade discursiva que são, na realidade, histórica e ideologicamente construídos, silenciando os processos históricos por meio dos quais determinados modos de escrever, argumentar e citar se tornam hegemônicos na universidade.

Em contraposição, o modelo ideológico de letramento, que fundamenta a abordagem dos letramentos acadêmicos, compreende a escrita como prática social múltipla, situada e marcada por disputas simbólicas e pela necessidade de mediação institucional. Nessa perspectiva, os desafios enfrentados pelos estudantes não indicam ausência de letramento, mas o enfrentamento de normas, gêneros e expectativas que permanecem amplamente implícitas no interior das comunidades acadêmicas. Lillis (2001; 2013) aprofunda essa discussão ao demonstrar que a exigência de conformidade a convenções não explicitadas reforça a lógica do déficit, individualiza o fracasso acadêmico e desresponsabiliza as instituições pelos processos formativos relacionados à escrita.

No contexto internacional, Street (2010, p. 351, tradução nossa) destaca que “um número significativo de instituições têm desenvolvido iniciativas de apoio a estudantes e seus docentes, frequentemente relacionadas à ampliação do acesso e da participação ao ensino superior”, as quais “são, em geral, conduzidas por departamentos de desenvolvimento educacional e apoiadas por algum tipo de centro de aprendizagem discente”. Embora possuam escopos amplos, constituem importantes espaços institucionais de mediação das práticas de escrita. Essa constatação reforça o entendimento de que a escrita acadêmica não deve ser tratada como responsabilidade exclusiva do estudante, mas como objeto legítimo de políticas institucionais de formação.

Em diálogo com Gee (2008), pode-se afirmar que o ingresso no ensino superior implica a inserção em novos discursos acadêmicos, cujo domínio depende de processos de mediação, participação guiada e explicitação das regras que organizam a produção e a circulação do conhecimento. Quando tais processos são frágeis ou inexistentes,

intensificam-se percepções de inadequação e estratégias de sobrevivência acadêmica, entre as quais se insere o plágio.

Nessa direção, Lea e Street (1998) demonstram que, embora o plágio seja frequentemente tratado pelas instituições como um conceito estável e consensual, docentes e estudantes operam com compreensões significativamente distintas sobre o fenômeno. Enquanto os primeiros tendem a associá-lo a normas claras de referência e autoria, os estudantes expressam insegurança quanto à própria autoridade como escritores e dificuldade em delimitar o que pode ser considerado produção própria, sobretudo quando seu conhecimento parece derivar majoritariamente de textos acadêmicos previamente legitimados.

Apesar dessa complexidade, Lea e Street (1998) observam que, no plano institucional, o plágio é frequentemente enquadrado por um discurso jurídico-disciplinar, que o apresenta como infração claramente definida e incontestável. A análise de documentos avaliativos e comunicados institucionais revela uma ênfase na vigilância e na punição, em detrimento de práticas pedagógicas de mediação da escrita. Como prática social, esse enquadramento contribui para reforçar relações assimétricas de autoridade entre docentes e estudantes, naturalizando mecanismos de controle e desconsiderando o caráter formativo da escrita acadêmica.

Tradicionalmente, o plágio acadêmico é definido como a apropriação indevida de ideias, informações, dados ou expressões alheias sem a devida atribuição de autoria, comprometendo princípios basilares da produção científica, como originalidade, rastreabilidade e confiabilidade do conhecimento. Trata-se de uma violação ética que afeta não apenas o autor diretamente lesado, mas o próprio processo de validação e circulação do saber científico, ao inviabilizar a avaliação

rigorosa, a replicabilidade e a construção coletiva da ciência (Führ; Araújo, 2020). Reconhecer seu caráter antiético, contudo, não implica reduzi-lo a um problema exclusivamente moral ou disciplinar.

A literatura especializada aponta que o plágio possui causas multifatoriais, perpassadas por dimensões formativas, institucionais e estruturais, que incluem a ausência ou fragilidade de processos sistemáticos de ensino da escrita acadêmica, a pouca explicitação das convenções que regulam os gêneros científicos, bem como pressões por produtividade, sobrecarga de atividades e prazos exíguos (Diniz; Terra, 2014; Krokosz, 2012; Safari; Omari, 2024). Nesse sentido, o plágio pode ser compreendido como um problema ético-informacional, isto é, como prática que emerge da relação entre sujeitos, informação e contextos institucionais de produção do conhecimento.

A distinção entre plágio deliberado e não intencional, proposta por Krokosz (2012), contribui para a análise do fenômeno, mas não esgota sua compreensão. Mesmo nos casos em que há consciência das normas e intencionalidade na infração, é fundamental considerar as condições institucionais que favorecem a instrumentalização da escrita acadêmica e a naturalização de atalhos antiéticos. A lógica produtivista que atravessa a vida acadêmica, conforme destacam Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018), tende a reduzir a escrita a um meio para atender a exigências avaliativas, esvaziando seu potencial reflexivo e formativo e ampliando comportamentos de risco ético.

Sob essa ótica, o plágio deixa de ser interpretado apenas como falha individual e passa a ser compreendido como sintoma de fragilidades nos letramentos acadêmicos e informacionais promovidos pelas instituições. A ausência ou a insuficiência de políticas sistemáticas de formação em integridade científica, aliada à fragmentação das ações

educativas, frequentemente restritas a disciplinas isoladas ou iniciativas pontuais, contribui para a reprodução de práticas inadequadas de uso da informação. Estudos da Ciência da Informação indicam que o domínio técnico de ferramentas de busca e acesso a fontes não garante, por si só, uma apropriação ética da informação, sendo indispensável articular competências informacionais a uma reflexão crítica sobre autoria, responsabilidade e circulação do conhecimento (Vitorino; Piantola, 2009).

Além disso, a compreensão do plágio como problema ético-informacional permite evidenciar o impacto das tecnologias digitais e das Inteligências Artificiais Generativas na reconfiguração das práticas de leitura e escrita acadêmicas. Se, por um lado, essas tecnologias ampliam o acesso à informação e oferecem apoio à produção textual, por outro, intensificam dilemas relacionados à autoria, à originalidade e à transparência dos processos de produção do conhecimento. Nesse cenário, políticas institucionais de integridade científica precisam ser continuamente atualizadas, incorporando orientações claras sobre o uso responsável dessas tecnologias, sem recorrer a discursos “tecnofóbicos”<sup>2</sup> ou exclusivamente repressivos.

Enfrentar o plágio acadêmico, portanto, exige uma abordagem integrada, que reconheça sua dimensão ética, informacional e pedagógica. Trata-se de deslocar o foco do controle e da punição para a promoção de uma cultura institucional de integridade, na qual estudantes, docentes e pesquisadores sejam formados para compreender a escrita acadêmica como prática social situada, marcada

---

<sup>2</sup> De acordo com Sardelich (2012), “tecnofobia” configura-se como o sentimento de rejeição à tecnologia.

por responsabilidades coletivas e por um compromisso ético com a produção e a circulação do conhecimento científico.

Com base nessa compreensão do plágio acadêmico, definem-se, a seguir, os procedimentos metodológicos adotados na investigação.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

À luz do enquadramento teórico adotado, o plágio acadêmico foi abordado neste estudo não como infração isolada ou desvio individual, mas como fenômeno discursivo e institucional, indissociável das concepções de escrita, autoria e letramento que orientam as políticas e práticas universitárias. Essa perspectiva fundamenta as escolhas metodologias da pesquisa, que privilegiam a análise documental e a leitura crítica de discursos institucionais relacionados à integridade científica, ao uso ético da informação e à escrita acadêmica no ensino superior.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Conforme Gil (2017), pesquisas dessa natureza são adequadas quando se busca aprofundar a compreensão de fenômenos ainda pouco sistematizados, bem como descrever e interpretar práticas, processos e políticas em contextos organizacionais específicos.

A investigação insere-se no campo dos estudos documentais, entendidos como estratégia metodológica pertinente para a análise de normativas, registros e documentos produzidos no interior das instituições, uma vez que tais materiais expressam concepções, valores

e formas de regulação do conhecimento (Gil, 2017; Lakatos; Marconi, 2017). Nesse sentido, os documentos não são tratados como fontes neutras, mas como produções discursivas situadas, permeadas por intencionalidades, silêncios e disputas simbólicas.

O corpus da pesquisa foi constituído por documentos institucionais do Instituto Federal de Sergipe (IFS), localizados em seus canais oficiais, notadamente o portal web e o repositório acadêmico. O levantamento documental teve como foco diretrizes, resoluções, portarias, comunicados, orientações pedagógicas e materiais formativos relacionados ao plágio acadêmico, à ética na pesquisa, à integridade científica e à autoria. A escolha desses espaços justificou-se por serem instâncias formas de divulgação das políticas e ações institucionais, funcionando como loci privilegiados de produção e circulação de discursos normativos (Lakatos; Marconi, 2017).

A etapa de coleta concentrou-se inicialmente nas páginas web da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), por serem setores diretamente vinculados à regulação das práticas acadêmicas, da pesquisa e da produção científica no âmbito do IFS. Paralelamente, realizou-se a consulta ao repositório institucional, com o objetivo de identificar materiais orientadores, produções acadêmicas ou ações educativas voltadas à prevenção e ao enfrentamento do plágio. As buscas foram conduzidas a partir dos descritores “plágio”, “plágio acadêmico”, “ética”, “ética na pesquisa”, “integridade científica” e “integridade acadêmica”. Diante da ausência de resultados, o levantamento foi ampliado para o descritor “autoria”, que retornou apenas dois registros, evidenciando a escassez de materiais institucionais diretamente voltados à orientação sistemática sobre o tema.

Os documentos identificados foram submetidos a uma leitura exploratória e analítica, seguida de procedimentos de categorização inspirados na Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica possibilitou a identificação de recorrências discursivas, silêncios institucionais, lacunas normativas e modos de abordagem do plágio acadêmico, permitindo compreender não apenas aquilo que era explicitamente regulado, mas também o que permanecia ausente ou era tratado de forma implícita nos discursos oficiais.

Embora o estudo se fundamente predominantemente em procedimentos qualitativos, incorporou-se, de modo complementar, um levantamento descritivo de natureza quantitativa, voltado à identificação do número de documentos, ações e materiais institucionais relacionados mais diretamente ao plágio acadêmico, mas também à integridade científica. Conforme assinala Gil (2017), esse tipo de levantamento não possui finalidade estatística inferencial, mas contribui para dimensionar empiricamente a presença, ou a ausência, de iniciativas institucionais sobre determinado fenômeno, fortalecendo a análise interpretativa.

A análise dos dados orientou-se pela interpretação dos sentidos atribuídos à autoria e ao plágio nos discursos institucionais, articulando aportes dos letramentos acadêmicos, da Ciência da Informação e da ética da informação. Tal abordagem possibilitou a construção de um diagnóstico crítico sobre as formas de mediação, ou a ausência delas, da integridade científica no âmbito do IFS, com foco na prevenção do plágio acadêmico, oferecendo subsídios para reflexões e proposições de natureza educativa, informacional e institucional.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados não apenas permitiram identificar e analisar documentos institucionais sobre o plágio acadêmico, mas também interpretar como os discursos oficiais

refletiam concepções de autoria, produção escrita, integridade e letramento acadêmico. Essa articulação metodológica forneceu a base para a próxima seção do artigo, em que os resultados obtidos foram discutidos e analisados à luz do referencial teórico, possibilitando compreender em que medida as ações do IFS promoviam processos efetivos de mediação ética da informação e formação em letramentos acadêmicos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O levantamento e exame dos documentos institucionais do Instituto Federal de Sergipe (IFS) revelaram um quadro preocupante: não existem normas específicas que tratem do plágio acadêmico ou da integridade científica, tampouco materiais formativos, como cartilhas, guias de boas práticas, manuais de autoria ou orientações públicas sistematizadas sobre o tema. As buscas nos portais institucionais e no repositório acadêmico, utilizando termos como "plágio", "ética", "autoria" e "integridade científica", retornaram apenas dois registros relacionados à autoria, ambos voltados à educação básica, demonstrando a quase total ausência de iniciativas institucionais para orientar e capacitar estudantes e docentes na promoção de práticas pautadas na integridade e na responsabilidade científica.

Esse vazio documental indica que, quando o plágio é abordado, tende a ser tratado sob uma perspectiva reativa, individualizante e punitiva, desconsiderando suas dimensões pedagógicas, éticas e estruturais. A ausência de referenciais claros e de espaços formativos institucionalizados dificulta o desenvolvimento de posturas críticas no âmbito da escrita acadêmica, corroborando a crítica de Lea e Street

(1998; 2014), Street (2003) e Lillis (2001; 2013) acerca da naturalização de expectativas implícitas sobre o domínio das normas acadêmicas, que inviabilizam o papel formativo das instituições e reforçam uma cultura do déficit.

A investigação identificou que as normativas institucionais existentes concentram-se essencialmente na esfera disciplinar. No portal da PROEN, a Resolução CS/IFS nº 213/2023, que aprova o Regulamento Disciplinar Discente, classifica o plágio como infração de média ou alta gravidade, abrangendo desde projetos de pesquisa até teses e dissertações. No entanto, o documento não apresenta definição operacional do conceito nem prevê estratégias educativas ou preventivas. Normas relacionadas aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como as Instruções Normativas nº 04/2020/PROEN<sup>3</sup> e nº 06/2024, mantêm o enfoque estritamente sancionatório, determinando reprovação e abertura de processo administrativo em casos de plágio, sem oferecer instrumentos formativos de orientação. No portal da PROPEX, não foram localizados dispositivos normativos, editais ou documentos orientadores relacionados à integridade acadêmica ou ao plágio. A consulta ao repositório institucional, mesmo com a ampliação para o termo “autoria”, retornou apenas dois registros, reforçando a escassez de materiais voltados à orientação sobre a temática.

Para sistematizar e interpretar os dados, o corpus foi submetido à Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo identificar padrões discursivos, recorrências temáticas e lacunas normativas nos documentos do IFS. Essa abordagem possibilitou extrair significados que vão além da literalidade dos textos, compreendendo

---

<sup>3</sup> A aprovação da Instrução Normativa nº 04/2020/PROEN consta da Recomendação nº 05/2020/CD/IFS, no mesmo documento.

como o plágio acadêmico é conceituado, regulado e abordado pelas instâncias institucionais, bem como os limites e lacunas desse tratamento.

O procedimento envolveu as três etapas indicadas por Bardin: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A partir dessa sistematização, emergiram quatro categorias centrais: foco disciplinar e punitivo; ausência de mediação ética da informação; orientações parciais sobre autoria; e silêncios institucionais e lacunas formativas. A análise das frequências e recorrências dos termos-chave revelou não apenas a escassez de materiais institucionais sobre o tema, mas também reforçou a predominância de uma abordagem disciplinar em detrimento de ações educativas. Ademais, a identificação de silêncios e lacunas discursivas permitiu inferir que o enfrentamento do plágio no IFS ainda carece de estratégias formativas e estruturantes, comprometendo o desenvolvimento de práticas éticas e de letramentos acadêmicos.

**Quadro 1** – Categorias e subcategorias identificadas na análise documental do IFS

| <b>Categoria</b>            | <b>Subcategoria / Aspecto analisado</b> | <b>Exemplo do corpus</b>                                                                                                         | <b>Implicações formativas / Observações</b>                                                                                                |
|-----------------------------|-----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Foco disciplinar e punitivo | Plágio tratado como infração            | Resolução CS/IFS nº 213/2023 – classificação do plágio como infração de média ou alta gravidade;<br><br>Instruções Normativas nº | Demonstra abordagem reativa; não contribui para compreensão de autoria e ética; reforça cultura de punição em detrimento de formação ética |

|                                          |                                                          |                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                          |                                                          | 04/2020 e nº 06/2024 – reprovação e processo administrativo                                                                                                                                            |                                                                                                                                                            |
| Ausência de mediação ética da informação | Falta de diretrizes e materiais educativos               | Não há cartilhas, manuais ou guias de boas práticas sobre plágio ou integridade científica                                                                                                             | Indica lacuna na mediação institucional; dificulta apropriação crítica da informação e formação de letramentos acadêmicos                                  |
| Orientações parciais sobre autoria       | Discute responsabilidade discursiva, sem prevenir plágio | Carvalho e Freitas (2015): marcas de subjetividades e singularidades em textos de estudantes do Ensino Fundamental;<br><br>Silva (2021): dissertação com um roteiro de minicurso sobre escrita autoral | Contribui parcialmente para reflexão sobre autoria, mas não integra medidas preventivas ao plágio acadêmico; não promove cultura de integridade científica |

|                                               |                                                         |                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Silêncios institucionais e lacunas formativas | Lacunas explícitas sobre letramentos acadêmicos e ética | Repositório institucional – apenas dois registros sobre autoria voltados à educação básica;<br><br>Ausência de referências a políticas de prevenção do plágio | Evidencia abordagem institucional ainda incipiente no campo da formação ética, indicando espaço para proposições formativas estruturadas, como elaboração de resoluções educativas |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**Fonte:** Elaborado pelas pesquisadoras (2026).

A análise crítica evidencia que o plágio acadêmico no IFS é tratado prioritariamente como infração disciplinar, sem articulação com processos educativos ou formativos. Essa constatação confirma a perspectiva teórica de que práticas de escrita e autoria são constituídas por valores institucionais, expectativas discursivas e relações de poder (Lea; Street, 1998, 2014; Street, 2003; Lillis, 2001, 2013). A ausência de políticas e recursos educativos impede que o enfrentamento do plágio seja compreendido como um fenômeno ético-informacional, cujas causas se relacionam à lacuna na formação em letramentos acadêmicos e informacionais, à falta de orientação sistemática e à priorização de processos avaliativos e produtivistas.

Os registros sobre autoria localizados no repositório institucional do IFS, embora mobilizem uma compreensão da escrita como prática situada e vinculada ao posicionamento do sujeito no discurso, não

avançam para o enfrentamento do plágio nem para a promoção de uma cultura de integridade científica. Nesse conjunto, o artigo científico de Carvalho e Freitas (2015), intitulado “Indícios de Autoria em Textos de Estudantes do Ensino Fundamental”, concentra-se em investigar vestígios de subjetividades e singularidades em textos de estudantes do Ensino Fundamental, sem estabelecer articulações com problemáticas próprias da produção científica. De modo semelhante, o “Roteiro do Minicurso de Escrita Autoral”, oriundo da dissertação de Silva (2021), defendida no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFS (PROFEPT/IFS), embora trate da autoria a partir do comprometimento do sujeito com seu dizer, não apresenta proposições educativas sistemáticas voltadas à prevenção do plágio.

Sob a perspectiva teórica adotada, esses resultados reforçam a importância da mediação ética da informação para a promoção de uma cultura de integridade científica. Segundo Almeida Júnior e Santos Neto (2014), a mediação ética transforma a relação dos sujeitos com o conhecimento, favorecendo a apropriação crítica da informação, a compreensão da autoria e da originalidade, bem como a consciência ética sobre a produção do conhecimento. Nascimento e Araújo (2024) acrescentam que, ao assumir o papel de mediador ético, o educador deixa de ser mero transmissor de conteúdos e passa a atuar como agente formador, reconhecendo a complexidade dos processos cognitivos, sociais e afetivos envolvidos na aprendizagem. Essa abordagem fomenta autonomia intelectual, responsabilidade epistêmica e reflexão crítica, componentes essenciais para a formação de sujeitos éticos e comprometidos com a produção científica responsável.

A mediação ética distingue-se por sua intencionalidade formativa: sustenta-se na escuta, problematização, contextualização dos saberes e

reconhecimento das vozes e experiências dos sujeitos em formação. Em vez de punir o erro, ela o trata como parte integrante do processo de aprendizagem, propondo estratégias que possibilitem sua superação e ressignificação. Dessa forma, constitui-se em dispositivo de prevenção ao plágio, permitindo que os estudantes compreendam os limites entre citação, paráfrase e cópia, bem como a importância da atribuição e do reconhecimento das ideias alheias.

Autores como Guiomar *et al.* (2025) destacam que práticas de mediação no ensino superior fortalecem uma cultura institucional pautada pela democracia, inclusão, corresponsabilidade e resiliência. No contexto do IFS, a implementação de políticas de mediação ética pode atuar não apenas como resposta às lacunas formativas identificadas, mas também como estratégia transformadora da cultura institucional.

Diante desse diagnóstico, propõe-se que o enfrentamento do plágio acadêmico no IFS se oriente por medidas articuladas e intencionalmente formativas, que integrem normativas claras, estratégias educativas e práticas institucionais de mediação ética da informação. No contexto do Mestrado Profissional em desenvolvimento, a elaboração de uma minuta de resolução sobre plágio acadêmico configura-se como produto de intervenção da pesquisa, oferecendo um instrumento concreto para implementação de políticas institucionais voltadas à integridade científica. Tal abordagem permite transitar de um modelo punitivo e pontual para uma lógica formativa, dialógica e estruturante.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise documental realizada permitiu observar que o plágio acadêmico no IFS permanece quase invisível nas políticas e práticas

institucionais. Não foram identificadas normativas específicas, materiais educativos ou estratégias formativas sistemáticas voltadas à preservação do fenômeno. Quando abordado, o plágio é tratado predominantemente de forma punitiva e individualizante, desconsiderando suas dimensões pedagógicas, éticas e estruturais.

Essa constatação reforça a perspectiva teórica adotada: a escrita acadêmica e a autoria constituem práticas sociais situadas, permeadas por valores institucionais, relações de poder e expectativas discursivas. O plágio, portanto, não pode ser compreendido apenas como infração ética individual, mas também como resultado de lacunas na mediação dos letramentos acadêmicos e informacionais e da fragilidade de políticas institucionais de formação ética.

Diante desse quadro, propõe-se uma abordagem formativa centrada na mediação ética da informação, que articule princípios educativos, normativos e institucionais. Tal abordagem orienta os sujeitos à apropriação crítica do conhecimento, à construção de uma voz autoral legítima e ao compromisso ético com a produção científica, deslocando o foco do controle e da punição para a aprendizagem reflexiva e estruturante.

Como produto de intervenção, a pesquisa de mestrado em desenvolvimento propõe a elaboração de uma minuta de resolução institucional sobre plágio acadêmico, que integra ações normativas e pedagógicas, contribuindo para a institucionalização da integridade científica como valor estruturante da formação acadêmica no IFS.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; SANTOS NETO, J. A. dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIANCHETTI, L.; ZUIN, A. A. S.; FERRAZ, O. **Publique, Apareça ou Pereça**: produtivismo acadêmico, “pesquisa administrada” e plágio nos tempos da cultura digital. Salvador: Edufba, 2018.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Recomendação nº 05/2020/CD/IFS, de 15 de julho de 2020**. Recomenda a aprovação da Instrução Normativa 04/2020/PROEN, que regulamenta a elaboração de Trabalho de Conclusão de Cursos – TCC do IFS. Anexo: Normativa interna para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do IFS. Aracaju, 2020. Disponível em: [https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos\\_Internos/CD\\_05.2020\\_-\\_recomenda\\_aprovao\\_da\\_IN\\_04.2020\\_PROEN\\_Trabalho\\_de\\_Concluso\\_de\\_Cur\\_1.pdf](https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/CD_05.2020_-_recomenda_aprovao_da_IN_04.2020_PROEN_Trabalho_de_Concluso_de_Cur_1.pdf). Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Conselho Superior. **Resolução CS/IFS nº 213, de 11 de outubro de 2023**. Referenda a Resolução CS/IFS nº 199, de 23 de maio de 2023, que aprovou o Regulamento de Medidas Socioeducativas aplicadas ao corpo discente do IFS, altera sua nomenclatura para Regulamento Disciplinar Discente e dá outras providências. **Aracaju**, 2023b. Disponível em: [https://www.ifs.edu.br/images/proen/Resolucao\\_CS\\_IFS\\_2132023\\_Referenda\\_a\\_Resolucao\\_199\\_altera\\_sua\\_nomenclatura\\_para\\_Regulamentao\\_Disciplinar\\_Discente\\_e\\_da\\_outras\\_providencias.pdf](https://www.ifs.edu.br/images/proen/Resolucao_CS_IFS_2132023_Referenda_a_Resolucao_199_altera_sua_nomenclatura_para_Regulamentao_Disciplinar_Discente_e_da_outras_providencias.pdf). Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Instrução Normativa nº 06, de 05 de junho de 2024**. Regulamenta a elaboração de Trabalho de Conclusão de Cursos – TCC no âmbito do IFS. **Anexo da Portaria nº 1279, de 06 de junho de 2024**. **Aracaju**, 2024. Disponível em:

[https://www.ifs.edu.br/images/proen/IN\\_062024\\_Regulamenta\\_a\\_elaboracao\\_de\\_Trabalho\\_de\\_Conclusao\\_de\\_Cursos\\_TCC\\_no\\_ambito\\_do\\_IFS.pdf](https://www.ifs.edu.br/images/proen/IN_062024_Regulamenta_a_elaboracao_de_Trabalho_de_Conclusao_de_Cursos_TCC_no_ambito_do_IFS.pdf). Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Documento Referencial da Avaliação Quadrienal 2025/2028**. Brasília: CAPES, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/capes>. Acesso em: 5 nov. 2025.

CARVALHO, M. L. G. C.; FREITAS, F. O. Índícios de autoria em textos de estudantes do Ensino Fundamental. **Interdisciplinar**, Itabaiana, SE, v. 22, p. 207-222, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1304/3/Ind%20c3%adccios%20de%20autori%20em%20textos%20de%20estudantes%20do%20ensino%20fundamental.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DINIZ, D.; TERRA, A. **Plágio: palavras escondidas**. Brasília: LetrasLivres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

FÜHR, F.; ARAÚJO, P. C. de. **A produção científica sobre plágio indexada na biblioteca digital SciELO**, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/346373709\\_A\\_producao\\_cientifica\\_sobre\\_plagio\\_indexada\\_na\\_Scientific\\_Library\\_Online\\_SciELO](https://www.researchgate.net/publication/346373709_A_producao_cientifica_sobre_plagio_indexada_na_Scientific_Library_Online_SciELO). Acesso em: 21 jun. 2025.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses**. 3. ed. London; New York: Routledge, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUIOMAR, P. *et al.* Mediação no ensino superior: uma revisão sistemática de literatura. **New Trends in Qualitative Research**, v. 21, n. 1, p.e1157-e1157, 2025. Disponível em: <https://www.publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/1157>. Acesso em: 24 jun. 2025.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores**. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEA, M.; STREET, B. Student writing in higher education: an academic

literacies approach. **Studies in Higher Education**, v. 23, n. 2, 1998.

LEA, M.; STREET, B. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/79407>. Acesso em: 01 dez. 2025.

LILLIS, T. Whose ‘Common Sense’? Essayist literacy and the institutional practice of mystery. In: JONES, Carys; TURNER, Joan; STREET, Brian (Org.). **Students writing in the university: cultural and epistemological issues**. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

LILLIS, T. **Student writing: access, regulation, desire**. London: Routledge, 2001.

LILLIS, T. **The sociolinguistics of writing**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, D. F. R.; ARAÚJO, G. G. de. Mediação da informação e prática educativa: construindo pontes para o conhecimento. In: SOUZA JUNIOR, G. B. (org.). **O poder da comunicação na era da informação**. vol. 3. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2024, p. 70-87. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/o-poder-da-comunicacao-na-era-da-informacao-3>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SAFARI, A. W.; OMARI, A. R. Investigating the causes of academic plagiarism and ways to prevent it: case study of Faryab University. **International Journal of Social Science and Human Research**, v. 7, n. 2, p. 106–111, Feb. 2024. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0a46/0ced29fcace2bcb2eb4dcec52dfe9d1331ae.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SARDELICH, M. E. TIC, TAC E TEP: tecnologias para empoderar e aprender. **UNISANTA Humanitas**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 22-31, 2012.

SILVA, D. S. da. **Minicurso de escrita autoral: roteiro para o(a) professor(a)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Sergipe, Sergipe, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1913/1/Roteiro%20Minicurso%20Escrita%20Autorial%20D%c3%89BORA%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

STREET, B. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**, v. 5, n. 2, p. 77–91, 2003. Disponível em: [https://docs.ufpr.br/~clarissa/pdfs/NewInLiteracy\\_Street.pdf](https://docs.ufpr.br/~clarissa/pdfs/NewInLiteracy_Street.pdf). Acesso em: 15 jan. 2026.

STREET, B. Academic literacies approaches to genre? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 10, n. 2, p. 347–361, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/Gz7gZQ7tJD3vPtLJRFwFGDd/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 15 jan. 2026.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130–141, set./dez., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/NvH6pxqHKCtpWMw6SQR7c8J/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 20 jan. 2026.